



Carlúcia Maria Silva*
Renata Siviero Martins*

RESUMO

O artigo discute o trabalho de catadores e catadoras de recicláveis, organizados em cooperativas norteadas pelos princípios e valores da economia popular solidária. Apresenta também os desafios por eles enfrentados em suas lutas por trabalho e políticas públicas de fomento à coleta seletiva. A pesquisa resulta de ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade do Estado de Minas Gerais, em parceria com organizações da sociedade civil e gestores públicos da Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como estratégias metodológicas a participação em reuniões, observação direta nos espaços de trabalho, diário de campo com registro de informações e observação participante. Os resultados demonstram processos educativos construídos e conquistas decorrentes do trabalho cooperado e autogestionário, dentre elas, a construção de parcerias. Apontam também o aprofundamento das condições de vulnerabilidade social e econômica agravada com a pandemia da COVID-19 e reafirma a necessidade de avançar na luta política por direitos, cidadania e reconhecimento.

Palavras-chave: Trabalho Autogestionado. Economia Popular Solidária. Processo educacional Cidadania.

Selective collection and solidarity economy: self-management work of recyclable material collectors and their challenges

ABSTRACT

The article discusses the work of recyclable collectors, organized in cooperatives guided by the principles and values of the solidary popular economy. It also presents the challenges they face in their struggles for work and public policies to encourage selective collection. The research results from extension actions developed by the State University of Minas Gerais, in partnership with civil society organizations and public managers of the Municipality of Belo Horizonte, with methodological strategies such as participation in meetings, direct observation in workspaces, field diary with registration of information and participant observation. The results demonstrate educational processes built and achievements resulting from cooperative and self-managed work, among them, the construction of partnerships. They also point to the deepening of conditions of social and economic vulnerability aggravated by the COVID-19 pandemic and reaffirm the need to advance in the political struggle for citizenship rights and recognition.

Keywords: Self-Managed Work. Solidarity Popular Economy. Educational Processes. Citizenship.

*Professora pesquisadora da Universidade do Estado de Minas Gerais. Graduada em Direito, Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-doutora em Psicologia (Psicologia Social /FAFICH/UFMG). Especialista em Ciências Penais pela UNI-BH e em Formação Política para Cristãos Leigos/as pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Líder do grupo de estudos e pesquisas Cooperativismo e Economia Popular Solidária (COEPS) e do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-raciais (LEPER), ambos cadastrados no CNPq. Membro da Rede de Assessores do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP/CNBB) e da Comissão de Formação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB). Presta assessoria a pastores sociais e movimentos populares voltados para a defesa dos direitos humanos e a democracia participativa. Realiza pesquisas com ênfase na Sociologia do Trabalho, Desigualdades e Violências. Interesses de pesquisa: Trabalho, Cooperativismo Popular e Economia Popular Solidária; Desigualdades e violências de gênero e de raça/cor; Educação para as relações étnico-raciais; Direitos Humanos e Cidadania. E-mail: carlucia.maria@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6388-3694>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1100472628766907>.

*Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da FaE/UEMG. Especialista em Clínica de grupos, Organizações e Redes Sociais: Análise Institucional e Esquisoanálise pelo Instituto Félix Guatarrí (2010). Graduada em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2006). Assessora de Projetos na Cáritas Brasileira. Presidente do Conselho de Segurança Alimentar no Estado de Minas Gerais. Militante no movimento da Economia Popular Solidária. E-mail: renatasivieromartins@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0011-9602>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8024430372703357>.

Coleta seletiva e economia solidária: trabalho autogestionário de catadores e catadoras de materiais recicláveis e seus desafios

Kairós: Revista Acadêmica
da Prainha

ISSN: 1807-5096

e-ISSN: 2357-9420

Fortaleza,

v. 18, n. 1, 2022

Introdução

As iniciativas de economia popular solidária se fazem presentes em um conjunto de experiências autogestionárias, marcadas por diferentes culturas e conjunturas econômicas diversificadas, não apenas quanto à sua organização, mas também no que diz respeito a sua estruturação e institucionalização. Esta diversidade se faz presente tanto no plano econômico, como no plano político e cultural, permitindo assim uma complexidade de olhares.

No Brasil, essas iniciativas tão presentes nos setores populares interagem com mercados e circuitos produtivos marcados por uma lógica econômica específica. Sua eficiência está na capacidade de gerar trabalho e renda para um grande número de pessoas, de prover os meios de vida da unidade familiar, de fomentar relações de produção, de comercialização e de consumo não capitalistas. Trabalhadores e trabalhadoras informais que contam com o apoio de entidades de apoio e fomento, órgãos governamentais e sistemas educacionais, cuja articulação política e econômica com as parcerias construídas tem sido fundamental para o fortalecimento dos processos organizativos e políticos.

Mediada por relações de solidariedade e focada no trabalho para satisfazer as necessidades de todos, essas iniciativas socioeconômicas e sociocomunitárias têm uma dimensão holística. O objetivo não é o lucro e a acumulação; busca-se a melhoria das condições de reprodução da vida de seus membros, tanto no que se refere ao acesso aos bens e serviços, como também na articulação com movimentos reivindicatórios em suas lutas por direitos. No trabalho associado esses trabalhadores e trabalhadoras desempregados fortalecem os laços afetivos e reconstroem vínculos sociais rompidos, pois além de gerar trabalho e renda, objetivam também o desenvolvimento comunitário que viabilize a satisfação de outras necessidades fundamentais, tais como educação, saúde, moradia digna, lazer, dentre outros.

A troca de saberes se faz presente em um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam tanto no plano econômico, como também nas relações humanas. No entanto, paradoxalmente, grande parte dessas experiências são vivenciadas em condições de vulnerabilidade, o que muitas

vezes dificulta a construção de relações sociais emancipadoras e a satisfação de necessidades primárias, tais como: comer, vestir e ter acesso a bens e serviços indispensáveis.

O presente artigo discute o trabalho de catadores e catadoras de recicláveis, organizados em cooperativas e apresenta também os desafios por eles enfrentados em suas lutas por trabalho e políticas públicas de fomento à coleta seletiva. A pesquisa¹ resulta de ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade do Estado de Minas Gerais, em parceria com organizações da sociedade civil e gestores públicos da Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como estratégias metodológicas a participação em reuniões, observação direta nos espaços de trabalho, diário de campo com registro de informações e observação participante. Os resultados demonstram processos educativos construídos e conquistas decorrentes do trabalho cooperado e autogestionário, dentre elas, a construção de parcerias. Apontam também, o aprofundamento das condições de vulnerabilidade social e econômica agravada com a pandemia da COVID-19 e reafirma a necessidade de avançar na luta política por direitos, cidadania e reconhecimento

Além de uma breve introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em três partes. A primeira apresenta os princípios da economia popular solidária e analisa as contradições e ambiguidades presentes no trabalho associado e autogestionário de catadores e catadoras de materiais recicláveis. A segunda discute a Política Nacional de Resíduos Sólidos, apontando nessa discussão seu impacto na vida dos catadores; a terceira apresenta uma reflexão sobre a pedagogia do trabalho associado desses trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento.

¹ Um agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro, possibilitando, assim, a realização do presente trabalho de pesquisa-ação.

A economia popular solidária e seus desafios

As transformações ocorridas no mundo do trabalho e o conjunto de mudanças estruturais decorrentes do projeto neoliberal demarcaram o crescimento do desemprego e de formas atípicas de trabalho. Neste cenário de desemprego, várias iniciativas de trabalho norteadas pelos princípios da autogestão, democracia, cooperação e solidariedade, denominadas de economia popular solidária, se consolidaram e se fazem presentes nos setores populares. Essas iniciativas se concretizam em diferentes modalidades de trabalho associativo - formalizados ou não - marcados por uma lógica econômica específica, interagindo com seu entorno e com mercados e circuitos produtivos. Sua eficiência está na capacidade de gerar trabalho e renda para um grande número de pessoas, de prover meios de vida da unidade familiar e de fomentar relações de produção, de comercialização e consumo.

De acordo com Cattani (2003), a produção e desenvolvimento da atividade econômica não correspondem à economia e práticas capitalistas. Ganham dimensões comunitárias em que necessidades (demandas) e saberes (competências) se articulam, fortalecendo o sistema de auto-organização popular e comunitária. Para França Filho e Laville (2004), essas experiências fortalecem as práticas de reciprocidade, tão comuns nos meios populares, cuja articulação política e econômica desses grupos, associações e cooperativas solidários com as parcerias construídas tem sido fundamental. Este público, em geral, é composto pelos novos desempregados e contam com o apoio de órgãos governamentais, instituições da sociedade civil, universidades e sistemas educacionais que buscam incorporar nessas organizações de trabalho, o fomento de processos educativos e organizativos, tendo a reciprocidade como princípio e a construção democrática como metodologia de gestão.

Arruda (2006) e Quintela e Arruda (2000) argumentam que a economia popular solidária tem no seu horizonte outra cultura ética, superior à cultura neoliberal e, para isso, persegue a globalização cooperativa e solidária. Uma economia que não endeusa o mercado capitalista e tem como paradigmas a alteridade, a sustentabilidade, a ética do suficiente e a educação para o autodesenvolvimento individual e coletivo. E assim, processos de trabalho e

articulação sociopolítica pouco a pouco são construídos, possibilitando novas formas de ser e de estar no mundo e novas relações humanas, pautadas na cooperação e na corresponsabilidade. Singer (2000), por sua vez, afirma que os princípios da Economia Solidária operam em diversas empresas recuperadas, cooperativas de produção industrial e serviços, bem como cooperativas de trabalho e experiências de pequenas associações de trabalhadores socialmente marginalizados, estigmatizados e segregados.

Movidas pela necessidade de produzir renda suficiente para a satisfação do consumo básico e de sobrevivência, muitas iniciativas organizadas nos princípios e valores da economia popular solidária não conseguem romper a precariedade da estruturação interna e evitar a subordinação à lógica do capital. Garantem apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida das pessoas e a construção de redes e parcerias institucionais. “Sua capacidade de ação no espaço público de atacar os problemas sociais é pequena e restrita à esfera da comunidade local” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 164).

Incorporar os princípios e valores da economia popular solidária nas práticas cotidianas das organizações dos catadores e catadoras de materiais recicláveis tem sido um grande desafio, sobretudo no exercício da autogestão. Além da rotatividade de seus participantes, exigindo sempre um recomeço, as tarefas administrativas são consideradas por alguns como uma tarefa nem sempre fácil, pois exige empenho, cumprimento de prazos, organização e colaboração. A distribuição de tarefas administrativas sempre está na pauta das reuniões avaliativas e embora haja a consciência de que elas precisam ser realizadas, nem todos têm disposição ou disponibilidade para o aprendizado e empenho exigidos. Alguns até se aventuram, mas logo desistem.

É grande o potencial emancipador presente nessas iniciativas organizativas, dentre as quais podemos destacar as experiências de fundos rotativos, as redes de trocas, bancos populares e moedas sociais, além das estratégias de valorização do consumo consciente e solidário. Garantir bases de sustentação, fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria, apoio institucional e legal são algumas das condições essenciais de sustentação desse novo jeito de fazer economia. Mas como enfrentar os desafios e limites desta “outra economia”? É possível construir uma economia centrada na

expansão do desenvolvimento local e global, onde Estado e Sociedade estejam juntos, interagindo trabalho e reprodução ampliada da vida para todos? Como superar as contradições tão presentes nessas experiências de trabalho autogestionário?

As experiências de economia popular solidária não se esgotam em si mesmas e, portanto, são constantemente desafiadas a gerir necessidades e demandas próprias deste grupo tão vulnerabilizado. Nesse sentido, o grande desafio é direcionar esta nova cultura do trabalho para além de seu espaço comunitário-social, de modo que possa efetivamente configurar algo alternativo à lógica do capital e “tornar real uma cultura do trabalho baseada em relações em que o educativo e o cultural sejam parte integrante do projeto econômico” (TIRIBA, 2000, p. 235). Superar os limites e fragilidades que permeiam esta economia dos setores populares exige reconhecer a centralidade do trabalho enquanto acesso a direitos.

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis e a política nacional de resíduos sólidos: limites e desafios

As novas formas de inserção laboral e ocupacional nas últimas décadas têm sido marcadas pela instabilidade, precarização, insegurança e violações de direitos, a começar pelo direito à cidade. Neste universo tão complexo, os catadores de materiais recicláveis engrossam as fileiras das vítimas do modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico, na lógica exclusiva do mercado, na competição e na acumulação. Oriundos, em sua maioria, da população em situação de rua, esses trabalhadores e trabalhadoras historicamente excluídos do direito à cidade são considerados desnecessários e estigmatizados por viverem em condições precárias e subumanas. A eles restaram apenas as lixeiras, as ruas e os guetos, e é neste lugar que constroem relações sociais e de trabalho. Sobrevivendo do que é descartado e muitas vezes confundido com o lixo, vivenciam situações de violências físicas ou simbólicas e com frequência são alvos de operações higienistas, perseguições e/ou eliminações muitas vezes “com a colaboração ou a conivência da força pública” (RODRÍGUEZ, 2002, p. 339).

O trabalho dos catadores de materiais recicláveis se faz presente desde o processo de urbanização no Brasil. No entanto, foi na década de 1990 que esses homens e mulheres, até então dispersos e desorganizados, vislumbraram no trabalho cooperado novas alternativas de vida e de trabalho. A fundação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE), no dia 1º de maio de 1990, possibilitou a esses trabalhadores desempregados a organização coletiva do trabalho e a construção de processos autogestionários em vista do fortalecimento da coleta seletiva e da reciclagem solidária.

Nos anos 2000 outras experiências de organizações de catadores de recicláveis foram se consolidando Brasil a fora, demandando políticas públicas de inclusão socioprodutiva. As principais reivindicações dessas organizações coletivas de trabalhadores eram o acesso a espaços de trabalho pagos pelo poder público municipal, ou a construção de galpões para a triagem dos materiais coletados. Em suas lutas reafirmavam o direito ao trabalho e o trabalho como direito e argumentavam que somente pelo acesso ao trabalho seria de fato possível garantir inclusão socioprodutiva, geração de renda e preservação do meio ambiente. No entanto, a concepção desta demanda e o reconhecimento dos serviços prestados pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis não se fazia presente na agenda governamental. O poder público desconsiderava essas reivindicações.

A Fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) fortaleceu a organização dos catadores em suas lutas por cidadania e reconhecimento. A marcha em Brasília, realizada em junho de 2001, reuniu mais de três mil catadores e catadoras e se torna o marco fundacional do Movimento. Em 2002, a profissão de catador é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego cuja codificação é inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Duas conquistas que não somente fortaleceram as organizações de catadores de recicláveis já existentes, como também possibilitaram o surgimento de outras organizações de catadores. Estas experiências emergentes se expandiram nas periferias da cidade e foram protagonizadas por grupos constituídos predominantemente por mulheres, que tinham como pauta moradia, trabalho e cidadania.

Deste processo de organização e fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, no ano de 2003 são criados em várias cidades do Brasil, os fóruns Lixo e Cidadania, os quais se tornaram espaços privilegiados de formação, organização e articulação das organizações de catadores. Em suas reuniões debatiam-se novos desenhos de políticas públicas no campo da reciclagem e a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Participavam dos fóruns Lixo e Cidadania, associações e cooperativas de catadores, entidades de apoio e fomento, gestores públicos e Universidades, sendo espaços organizativos muito relevantes para o fortalecimento das lutas por justiça social e governança participativa. Dos fóruns Lixo e Cidadania, o debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos ganha força. Em 2010 é sancionada a Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7404/2011, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O perfil dos catadores e catadoras de materiais recicláveis

Mas quem são esses homens e mulheres que estimulados pelos princípios e valores da economia popular solidária, se organizam em associações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis? O público presente nessas organizações é predominantemente feminino, possui baixa qualificação para atender as exigências do mercado formal de trabalho e trazem no corpo e no rosto as marcas de uma exclusão histórica. A maioria deles são pretos e pardos e grande parte das mulheres são mães e/ou avós chefes de família, possuem idades bem variadas e filhos e/ou netos ainda pequenos. Entre os associados, pouquíssimos trabalharam com carteira assinada em restaurantes, padarias, lanchonetes e varrição de vias públicas. Outros tantos atuaram no setor de serviços como faxineiras, diaristas ou empregadas domésticas - sem carteira assinada, vivenciando no trabalho relações marcadas pela exploração, desrespeito e humilhação.

Trata-se, de fato, de uma parcela significativa da população historicamente excluída, que além da busca por resultados econômicos e outros benefícios constroem novas sociabilidades e experiências de trocas simbólicas. As mulheres são beneficiárias titulares de programas governamentais de

transferência de renda, sendo o Bolsa Família o principal deles. A sobrevivência é precária e dependente de aportes públicos e privados, demandando, portanto, ações convergentes e complementares. Muitas vezes vivendo de doações e ajuda externa, esses trabalhadores e trabalhadoras denunciam o descaso dos governos, a ausência de políticas públicas de fomento e responsabilidade social das empresas.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos: possibilidades e desafios

A Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, lança nova visão sobre o desafio da sustentabilidade e o problema do lixo urbano. Aprovada após vinte e um anos de discussão no Congresso Nacional, o novo marco legal desafia a União, os Estados e seus municípios, o setor produtivo e a sociedade civil, na busca de soluções para os graves problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos. A partir de uma visão ampla, sistêmica e interdisciplinar, reúne princípios, diretrizes e metas para a gestão dos resíduos sólidos e determina sua implementação em todos os municípios do país. Outro dado interessante é a ênfase dada à logística reversa e à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, envolvendo não somente o poder público, mas também fabricantes, consumidores, distribuidores e comerciantes. Juntamente com a PNRS é instituído o Programa Pró-Catador e o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis².

A construção de Políticas Públicas integradas e complementares à Política Nacional de Resíduos Sólidos, o desenvolvimento sustentável e a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, setor empresarial e demais setores da sociedade, são princípios desta Política Pública. Nesse sentido, a PNRS estimula a construção de consórcios públicos intermunicipais - ou mesmo interfederativos - e a gestão integrada dos resíduos sólidos, tendo em vista transformar o problema socioambiental em oportunidades de superação dos desafios relacionados à geração de resíduos sólidos nos centros urbanos.

² Decreto n.º 7.405, de 23 de dezembro de 2010.

Nesta intersetorialidade e complementaridade, a PNRS dialoga e se interrelaciona com outras políticas públicas, como por exemplo, meio ambiente, educação ambiental, saúde urbana, recurso hídricos, dentre outros. Vale destacar, ainda, que ao proibir os chamados “lixões”, a PNRS obriga o poder público municipal a construir aterros sanitários ambientalmente adequados.

Importante destacar, que antes da PNRS, a Lei nº 11.445/2007 - que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico - já preconizava a contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por parte do titular dos serviços públicos de limpeza urbana das cidades e para a concretização dessa contratação de cooperativas e associações, houve alteração no artigo 24 da Lei 8666/93. Tanto a Política de Saneamento quanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecem sistemas de coleta seletiva de resíduos, priorizam a logística reversa, a participação de cooperativas ou de outras formas de organizações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Embora o novo marco regulatório que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos tenha sido importante e determine a participação das organizações de catadores e catadoras de recicláveis nesses processos, após mais de uma década de sua implementação, constatam-se pouquíssimos avanços. Pouco ou nada se discute sobre logística reversa, bem como o uso de matérias primas não renováveis na fabricação de alguns produtos.

Conforme estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratação das cooperativas e associações de catadores, para a execução dos serviços públicos de coleta e/ou gestão da central de triagem de resíduos é permitida, dispensando-as, inclusive, de licitação. Tal proposta se dá também em consonância com a Política Nacional de Saneamento, a Lei Nº 11.445/2007.

A possibilidade de contratação das cooperativas e associações trata-se, claro, de uma conquista importante, no que diz respeito ao reconhecimento profissional desses trabalhadores e concretiza, de certa maneira, uma reivindicação antiga do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR). A remuneração pelos serviços prestados, cujos serviços urbanos há muito tempo vêm sendo realizados gratuitamente pelos catadores, tem sido uma de suas principais reivindicações, somando-se a isso, os benefícios

socioambientais, a limpeza da cidade, a reciclagem e economia de aterros, a não incineração, dentre outros. Segundo os catadores, incineração e coleta seletiva são modelos que se conflitam, pois na visão deles, a coleta seletiva solidária dos resíduos urbanos é mais eficiente e, portanto, a melhor alternativa, pois possibilita a reutilização, o reaproveitamento e a reciclagem. Argumentam que, além de recuperar os resíduos, as iniciativas de educação ambiental realizadas através da reciclagem solidária objetivam também recuperar pessoas, seus sonhos de vida e de dignidade.

A participação em cooperativas e associações lhes possibilitam a inserção em um conjunto de atividades fortalecedoras da coleta seletiva, ou seja, a triagem, a classificação, o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos. Essa seletividade na coleta dos resíduos agrega valor à cadeia produtiva da reciclagem. No trabalho da reciclagem os catadores e catadoras detêm saberes específicos no comércio dos recicláveis, fortalecem as relações sociais ancoradas na horizontalidade, nos princípios e valores da economia solidária e na gestão democrática dos empreendimentos. Ações e intervenções que exigem a construção de estratégias nos diálogos com o poder público, cujo aprendizado é adquirido na vida diária.

O ‘saber fazer’ aponta caminhos e potenciais emancipadores em relação à novas práticas de inclusão e participação social, não obstante as contradições, fragilidades e retrocessos decorrentes de mudanças na gestão municipal e/ou reestruturação do desenho das políticas voltadas para este público. Além da coleta seletiva dos resíduos, esses trabalhadores e trabalhadoras reciclam valores, reafirmam o esperar de melhores condições de vida, de acesso a direitos e de processos de trabalho mais humanizadores.

A integração dos catadores de recicláveis nos Programas de Coleta Seletiva, na visão de entidades de apoio e fomento parceiras, é condição necessária para a eficiência dos processos do tratamento adequado dos resíduos urbanos, cuja ampliação depende também de um maior investimento nos serviços urbanos e ambientais. Martins (2017) argumenta que a inserção dos catadores como prestadores de serviços da coleta seletiva e da reciclagem solidária, além de sua participação nos processos de educação ambiental realizados em empresas, instituições públicas, espaços públicos e ambiente

escolar, é também uma forma de ampliar sua atuação na cadeia produtiva da reciclagem. Importante destacar que o trabalho de educação ambiental realizado pelos catadores e catadoras tem sido fundamental para a ampliar a produtividade da triagem, melhorar a qualidade dos materiais que chegam nos galpões das associações e o fortalecimento das parcerias construídas. Somando-se a isso, as experiências de sensibilização e mobilização social envolvendo diferentes atores nesses processos e os vínculos sociais que os catadores estabelecem com a população tem sido elementos agregadores no reconhecimento do papel que realizam enquanto agentes ambientais.

A Pedagogia do trabalho associado como princípio educativo

O trabalho associado e autogestionário proposto nas iniciativas de economia solidária é a antítese das relações de trabalho no sistema neoliberal. O discurso do empreendedorismo como modelo ideal de trabalho, sobretudo nos tempos atuais, tem preconizado o trabalho individual. Os trabalhadores por aplicativos (Apps) têm sido destacados como sinônimos de sucesso, fortalecendo assim a ideia de parceria autônoma no trabalho realizado, onde a máxima é “faça o dinheiro que quiser e do seu jeito”. Contrariando esta falácia, o que preconiza a economia solidária, no debate do trabalho associado, é a produção de um processo de emancipação social que possibilita desenvolver novos sentidos, maneiras de pensar e de se relacionar com o mundo do trabalho e este como *lócus* do diálogo e das trocas de saberes e de produção coletiva. Ou seja, não é um trabalho autônomo, mas associado com outras pessoas.

A economia solidária busca resgatar o sentido da formação humana do trabalho e a relação do ser humano com a natureza. Nesta relação homem e natureza, o trabalho torna-se categoria fundante do ser humano; ou seja, ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza para suprir suas necessidades, transforma a si e se diferencia dos animais. Torna-se um ser histórico e social. Portanto, seguindo esta lógica protagonizada por Marx, é preciso pensar o projeto histórico que se quer construir, recordando que o ser humano não nasce pronto e acabado, forma-se ao longo da vida, e tal formação humana não acontece de forma linear: ela é construída no processo de produção

da existência da vida por meio do trabalho e nas relações sociais determinadas por ele.

Sendo assim, pergunta-se: por que o trabalho pode ser visto como um lugar onde se aprende? Para Tiriba e Fischer (2009, p. 3),

O que se vivencia deixa marcas éticas, políticas culturais e existenciais, além de inúmeros saberes. Coletivamente também se vivenciam modos de ser, produzir e de se reproduzir material, social e culturalmente. Nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social.

Desta forma, reafirma-se que o trabalho coletivo é produtor de novos conhecimentos. Freire (1985) diz que é trabalhando que homens e mulheres transformam o mundo e, dessa forma, transformam-se também. Tiriba e Fischer (2009) fazem a reflexão de que se as situações de trabalho se constituem em espaço de aprendizagem de novas formas de relações sociais, nos quais a cultura do trabalho é tecida no cotidiano do processo autogestionário, é possível desenvolver um compromisso com a construção de uma sociedade em que prevaleça a hegemonia do trabalho sobre o capital.

Martins (2017) analisa os impactos associados à concepção da dimensão do trabalho como princípio educativo. O estudo feito teve como referência principal o trabalho de catadores e catadoras, organizados em associações e cooperativas na região do sul e sudoeste de Minas Gerais, sendo possível verificar o quanto o trabalho associado possibilita o crescimento no sentido de aprendizados e de transformação social e cultural. Nesta mesma direção, Tiriba e Fischer (2009) argumentam que o trabalho como princípio educativo também contribui para ampliar a identidade e o reconhecimento enquanto povo e classe social. Esta proposta ajuda a compreender a importância do processo denso de educação popular, em que as dimensões educativas e a organização política vão se desenvolvendo de forma orgânica e complementar. Os aspectos derivados da organização econômica solidária auxiliam no pensamento de um conhecimento grupal, que é acumulado de modo sistemático e é indispensável para o processo de resistência coletiva, mas, principalmente, de construção coletiva.

De acordo com Martins (2017), o trabalho como princípio educativo possibilita compreender que os catadores de recicláveis, com o trabalho que realizam, ensinam e aprendem e, nesta troca de saberes, o trabalho realizado por elas e eles tem um grande valor social, cultural, econômico e ambiental. Esses trabalhadores e trabalhadoras sabem de questões ambientais; de física e química; da importância da mobilização social; do quanto necessário é pensar na infraestrutura e logística de um programa de coleta seletiva nas cidades; de que cada trabalhador e trabalhadora tem um processo diferenciado na produção do trabalho. Portanto, compreendem as questões das relações interpessoais; aprendem que a gestão e a autogestão são fundamentais para a boa organização do trabalho. Enfim, observa-se que o conhecimento desenvolvido pelos catadores e catadoras pesquisados demonstram o que acontece na prática do dia a dia. Um aprendizado diário,

[...] É muita separação, né. Mas hoje eu peguei. Agora acho fácil, muito fácil! Então é uma coisa, que é o que falo, manda muito é a ideia das pessoa, né? [...] A gente explica pra eles o que recicla o que não recicla. [...] O problema que a sociedade não reconhece também é porque não tem como fazer uma campanha 100%, que o caminhão não dá conta. Porque se fizé uma campanha 100%, aí isso aqui transborda. Pra isso precisamos de mais gente, mais caminhão, mais recursos. [...] Melhorou bastante, mas teria que melhorar mais, [...]. O que a maioria decide é aquilo que vai ser agora. Tem que ter a participação de todos. [...] A gente tem muitos conflitos, mas eu dentro do Projeto aprendi muita coisa voltado para esta questão de trabalhar em equipe, de trabalhar em grupo e eu trago isso para o pessoal, hoje eu sinto a mudança" (MARTINS, 2017, p. 89-90).

Foi possível verificar que eles e elas vão tecendo conhecimentos multidisciplinares, e esses saberes são repassados para os novos trabalhadores que chegam no empreendimento, e também nas atividades de educação ambiental que realizam nas escolas. Este compartilhamento de conhecimentos, saberes adquiridos e repassados, está muito presente nos relatos e traz consigo a alegria do aprendizado.

[...] A gente explica pros outros o que tem valor e o que não tem, o valor do serviço também, do meio ambiente e tem muita gente que não dá valor no serviço do que tira lá do meio ambiente. [...] Tem muita gente que não dá valor no serviço. No que tira lá do aterro. Já pensou se isso fosse jogado no rio? É um serviço que tá ajudando o meio ambiente. [...] Com muitos poucos dias eu peguei o jeito. Triava, separava e não

sabia nem o nome. Eu aprendi isso aí. É trem demais. Isso aí foi novo pra mim. Eu aprendi isso. Eu comecei assim... a querer demorar um pouquinho nos nomes do material, mas foi com o tempo eu acostumei. HOJE EU SEI". (MARTINS, 2017, p. 89).

Nesta forma de trabalho, a solidariedade acontece na troca entre os trabalhadores e trabalhadoras: um ensina ao outro. Há uma comunhão nessa relação de troca, mesmo que por vezes seja sem nenhuma consciência do ato em si, mas é um valor importante a ser destacado, uma vez que ela difere do processo que acontece no sistema capitalista, que produz competição e coloca trabalhadores e trabalhadoras como concorrentes no espaço de trabalho.

[...] Os próprios catadores, ali no momento que a gente tava fazendo o processo de trabalho, aquilo que a gente não sabia eles insinuava, falava sobre as questões dos materiais. O próprio grupo foi ensinando. O seu Paulo me ensinou a trabalhar na prensa. (MARTINS, 2017, p. 90).

A experiência dos catadores de recicláveis reafirma mais uma vez a educação freireana, demonstrando, neste caso, que o “universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo.” (FREIRE, 2005, p. 20). Ainda nesta reflexão, esses trabalhadores e trabalhadoras comprovam que “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la...” (FREIRE, 2014, p. 38). Isto foi possível observar na experiência desses trabalhadores e trabalhadoras ao relatarem, com profunda convicção, que são capazes de gestar e gerenciar o trabalho que realizam e o fazem de modo mais eficiente do que uma empresa contratada pelo poder público para prestar o serviço de coleta seletiva no município.—Portanto, no trabalho associado e autogestionário proposto pela economia popular solidária, é possível afirmar que os trabalhadores são capazes de construir processos de novos aprendizados e de resgate do que eles já sabem. Percebe-se que esses sujeitos sociais, associados nas cooperativas e associações, por meio desta forma de trabalho tornam-se protagonistas de uma nova história. Dito de modo diferente, saem da alienação e do lugar de submissão em que foram colocados, adquirem uma visão mais crítica da realidade e uma nova visão de mundo. Sujeitos e protagonistas cujas ações e intervenções se dão para além do previsível.

Para Peixoto Filho (2003), é preciso formar pessoas para uma atitude crítica diante do processo de exploração e dominação, e isso possibilita ainda oferecer elementos que possam subsidiar a luta por emancipação, destacando que as lutas podem ser formativas. As atividades formativas possibilitam a conscientização dos sujeitos.

Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protestos, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras. Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos [...]. As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo autoritárias. (SINGER, 2002, p. 22).

É importante ressaltar que a proposta da economia solidária tem um papel importante para o mundo do trabalho, pois os valores e os princípios propostos contestam a lógica da ordem econômica e social vigente e buscam contribuir para a emancipação de pessoa. Freire dizia da ampliação de leitura de mundo que faz com que os sujeitos tenham uma visão do todo, ou seja, do contexto social, econômico e político.

Sendo assim, o trabalho associado tem como possibilidade a transformação. Picanço e Tiriba (2004) disseram que “no processo dialético de fazer, pensar, criar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é princípio educativo e, ao mesmo tempo, [...], é possível fazer germinar embriões de uma nova cultura do trabalho” (PICANÇO; TIRIBA 2004, p. 29), logo o trabalho como proposta pela economia solidária pode possibilitar que as vidas sejam modificadas, que sejam tecidas novas formas de relacionar-se e de ver a vida como uma forma de germinar outro mundo possível.

Considerações Finais

As iniciativas de economia popular solidária apontam um cenário desafiador: projetar entre a realidade e a utopia e provocam uma reflexão sobre seus limites, fragilidades e potencialidades neste tempo de pandemia da COVID-19 e de globalização ultraliberal. Contradições e limites que desafiam encontrar

caminhos para desvelar sua existência e sobrevivência, muitas vezes precária, dispersa e fragmentada, cuja viabilidade e crescimento têm uma forte dependência de aportes políticos, sociais e econômicos, exigindo processos convergentes e ações complementares dos múltiplos atores sociais nos diferentes campos sociais, políticos e econômicos.

A partir da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras das associações e cooperativas da economia popular solidária, faz-se necessário analisar suas práticas, compreender suas motivações e organizações construídas nas relações de trabalho. Compreender também em que medida essas alternativas de geração de trabalho e renda se configuram como algo “alternativo”. São alternativos à lógica do capital, ou um refúgio frente à crise do emprego? Desafios e contradições que limitam o avanço dessas iniciativas, uma vez que a lógica do mercado capitalista direciona as relações de trabalho em vista de seus objetivos.

Em meio a tantas interrogações, cabe também às organizações econômicas solidárias, gestores públicos e entidades de apoio e fomento a seguinte questão: nas iniciativas de economia popular solidária é possível ainda contribuir para que os espaços de comercialização sejam lugares de troca de bens e de serviços produzidos pelo trabalho, de modo que sustente a reprodução da vida, ou estas experiências, nas condições em que se encontram, estão se tornando um colchão amortecedor da exclusão? Um universo de interrogações, que seja fecundo de novas pistas e dê sentido às antigas e novas práticas sociais, de modo que tais práticas respondam aos desafios da realidade. Sem idealizar valores nem dourar a pílula, essas iniciativas têm a árdua tarefa de redescobrir a dimensão cidadã do trabalho e suas implicações políticas, econômicas e sociais, de modo que políticas públicas efetivas, direitos sociais e fortalecimento da cidadania sejam de fato seus princípios reguladores. E assim sendo, possam efetivamente construir novas práticas de produtividade e competitividade, cujo sentido aponte para a reprodução ampliada da vida desses trabalhadores e trabalhadoras em busca de inclusão socioproductiva, cidadania e reconhecimento.

Referências

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

BRASIL. **Decreto n.º 7.405, de 23 de dezembro de 2010.** Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007. Acesso em: 18.set.2018.

BRASIL. **Lei n.º 12.305, de 2 agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 18.set.2018.

BRASIL. **Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 24.ago.2020.

BRASIL. **Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. 1993. Diário Oficial da União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 24.ago.2020.

CATTANI, Antônio David. A outra economia: os conceitos essenciais. *In*: CATTANI, Antônio D. A. (Org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz. 2003a. p. 9-15.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARTINS, Renata Siviero. **O trabalho como princípio educativo: a experiência dos catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo**. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana). Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, 2017.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. **A travessia do popular na contradança da educação**. Goiânia: UCG, 2003.

PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. *In*: PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Org.). **Trabalho e educação na Era do pós-emprego: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidaria**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas recicladoras de lixo na Colômbia. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 329-367.

SINGER, Paul. A Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul.; SOUZA, André (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo fios de uma nova cultura do trabalho. *In*: SINGER, Paul.; SOUZA, André (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-243.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho associado. *In*: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luís Inácio; HESPENHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009. p. 293-298.

Recebido em: 14.10.2021.
Aprovado em: 21.12.2021.

Received: 14.10.2021.
Approved: 21.12.2021.